

Notas à volta da cultura e dos arquivos

António Sousa*

O mote era escrever sobre o entendimento de cultura nos dias de hoje. Como conceito, continuo a preferir o entendimento de cultura como toda a manifestação humana que se diferencia das suas manifestações naturais. Pode parecer uma definição simplista, um modo de dizer tudo e nada excluir. Mas, de facto, é uma definição rica na sua percepção global e não por nada rejeitar ou tudo reter. É rica pela postura de um espírito aberto, livre para tudo considerar e interrogar – inclusive a si próprio – para de tudo potencialmente extrair algo para o desenvolvimento humano. Ser mais preciso significa retirar-lhe aquilo que cada um, subjetivamente, consideraria negativo para esse fim. Só na *praxis* limitamos o conceito, porque se almeja algum objetivo e, para tal, valorizamos e escolhemos entre o que produzimos.

A cultura afigura-se como que dominada desde o início por um imperativo: a superação do biológico para melhorar qualitativamente a vida da humanidade.

* Director do Arquivo Distrital de Braga. Membro do Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Um homem culto ligará sempre “a terra aos céus”, isto é, o âmbito do cuidar da subsistência ao do cultivo do seu espírito. Não se trata de uma mimetização do registo religioso, do *religare* como restabelecimento da relação do humano com a divindade.

Do cuidar do rebento da planta (a terra “rebetada”) à construção social, do espanto individual ao saber-fazer comunidade, efetiva relação entre os indivíduos, em todo esse percurso existe produção de cultura, isto é, o esforço do Homem em dialogar com a sua própria natureza, satisfazer as suas necessidades e desejos, resolver os seus problemas, desenvolver a humanidade e desenhar a utopia.

Trata-se do enriquecimento que o homem iniciou nos primórdios, enriquecimento ligado ao plano biológico (o cultivo da terra deu outra dimensão às capacidades que adquirira enquanto recolector e caçador) que permitiu o incremento das suas capacidades cognitivas e relacionais, o desabrochar da estética e o “apuramento” da sua afetividade, a emoção expressa e refletida (pensada e espelhada) em si mesmo e no outro.

O Homem, o género humano, mediador e ator dessa ligação que lhe enriquece o quotidiano e lhe permite descobrir e desenvolver a sua pluridimensionalidade, capaz de produzir e escolher manifestações que valorizam a sua vida individual e social. É nesse contexto pluridimensional que circunscrevemos, estratificamos e fragmentamos a cultura.

Arquivos e cultura

Os arquivos são, habitualmente, considerados como instituições culturais e os fundos arquivísticos como detentores desse valor. Raramente refletimos na sua origem. Valorizamos a informação, a prova ou evidência que os documentos nos transmitem pelo fim para o qual os utilizamos.

Onde radica o valor cultural dos documentos de arquivo? Na qualidade literária ou artística dos escritos? Apenas numa fração ínfima! O grande volume de

caracteres que constitui a informação de arquivo são registos burocráticos, administrativos, mais ou menos normalizados, e não peças literárias ou estudos científicos. Não nos damos conta de que a sua origem é, pois, frequentemente, assim tão modesta.

Contudo, o seu valor cultural reside no facto de constituírem a memória dos povos, de conterem a informação que permite o conhecimento e evidência dos factos, de serem a fonte de pesquisa, de permitirem leituras novas dos acontecimentos . E este valor começou pelo registo dos atos mais simples das atividades humanas, do exercício das funções que estão associadas ao quotidiano de cada cidadão e das organizações, com o fim mais imediato de provar a sua ocorrência e garantir os direitos e deveres atribuídos aos seus autores.

Os arquivos têm, assim, um relevo importante na formação e no exercício da cidadania e esta é uma criação cultural que tem evoluído ao longo dos séculos, pelo menos desde as cidades-estado gregas até aos movimentos sociais da atualidade.

Esta ligação ao exercício da cidadania que os documentos de arquivos garantem, exerce-se no leque alargado da produção cultural, em sentido lato e não apenas restrito aos atores e às indústrias culturais. Por um lado, suportam (administrativamente) os direitos mais básicos dos cidadãos, das instituições e do Estado, em atos que também contribuem para o cultivo da humanidade; por outro, são fonte para a investigação, o conhecimento e a inovação cujo objetivo mais relevante é o progresso da Humanidade, verdadeiro fim da erudição.